

Cláudia Espindola

Diretora da Divisão de Preservação de Documentos do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Mestre em Ciências Sociais/CPDA-UFRJ.

Ive Silva

Chefe do Serviço de Conservação do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Especialista em conservação e restauração de bens culturais.

A preservação de documentos do DOPS no APERJ

O artigo descreve o tratamento de preservação realizado nos fundos documentais DOPS/GB e RJ do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, no Projeto Memórias Reveladas. O acervo reúne documentos relativos às lutas políticas no Brasil entre 1960 e 1980. O Memórias Reveladas é apresentado como uma afirmação da política de preservação do APERJ, construída com apoio de parcerias e intercâmbios institucionais. O texto expõe as características da documentação tratada e explica o tratamento técnico realizado.

Palavras-chave: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro; Projeto Memórias Reveladas; preservação; conservação preventiva.

The article describes the preservation of DOPS/GB and RJ documental funds of the Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, at *Memórias Reveladas* Project. The collection includes documents related to the political struggles in Brazil between 1960 and 1980. The *Memórias Reveladas* is presented as an affirmation of the preservation policy in APERJ, built with the support of partnerships and institutional exchanges. The text presents the characteristics of the documents and explains the technical treatment performed.

Keywords: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro; Memórias Reveladas Project; preservation; preventive conservation.

INTRODUÇÃO

Um tema que adquire importância nas sociedades contemporâneas é a questão da preservação da memória. A memória social é assunto recorrente nos estudos sociais, assim como para o próprio senso comum considera-se

que os projetos de futuro e as análises possíveis da vida presente passam necessariamente pela revisitação ao passado. Quanto mais nos servimos do passado, mais valorizamos o ato de preservar os fragmentos remanescentes dele para dar sentido ao presente. A elaboração da

memória, a lida com os fragmentos de lembranças do passado, se dá em função da vida presente do indivíduo ou grupo, servindo de base para a composição de sua identidade social.¹

O caso da memória das lutas políticas no Brasil nas décadas de 1960 a 1980 é uma questão que se relaciona com a construção de identidades na sociedade brasileira de hoje. Após tanto tempo de silêncio e de mudanças no campo político, o acesso a documentos públicos tornou-se uma demanda para que se possa contar essa parte da história do Brasil. Esses documentos produzidos na esfera pública são de interesse da sociedade, têm função probatória e valor para a pesquisa histórica.

O Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) tem por missão a guarda e a preservação de documentos produzidos no âmbito do Poder Executivo estadual. Em seu acervo incluem-se os arquivos do Departamento de Ordem Política e Social, DOPS/RJ e DOPS/GB. Ambos arquivos constituem uma parte especialmente importante da memória social brasileira. No período compreendido entre os anos de 1962 e 1983, esses órgãos estaduais estiveram ativos e produziram documentos que expressaram suas ações e sua vida administrativa. Eles contêm parte da história de vida de muitos brasileiros. Os pedidos de *habeas data* são regularmente atendidos na instituição, com a apresentação de provas documentais que mais tarde integram processos que restituem direitos, especialmente direitos traba-

lhadas, a muitos cidadãos prejudicados por arbitrariedades cometidas à época da ditadura militar.

Os documentos do DOPS foram recolhidos ao Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro em 1992.² Em 1975, no contexto da fusão dos antigos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara e criação do novo estado do Rio de Janeiro, quando os antigos DOPS foram extintos, seu acervo passou para o Departamento Geral de Investigações Especiais (DGIE). Esse órgão realizou a avaliação e eliminação de documentos do Polícias Políticas,³ não se conhecendo sua intervenção na documentação deste fundo. Em 1983, com a desativação do DGIE, a documentação do Polícias Políticas foi transferida para a Polícia Federal, sendo recolhida ao APERJ em 1992.⁴

O fundo documental Polícias Políticas engloba 750 metros lineares de documentos textuais, cerca de dois milhões e quinhentas mil fichas, cartazes, impressos, microfilmes, objetos tridimensionais e duzentos mil itens de documentos, como fotografias, negativos de vidro e de acetato, cópias-contato, filmes, fitas audiomagnéticas e videomagnéticas. A informação contida nesses documentos diz respeito à vida pública e privada dos investigados e perseguidos políticos.

A partir da década de 1960, as informações contidas nos documentos da polícia passaram a priorizar, além das práticas políticas públicas e clandestinas, dados sobre a intimidade dos investigados e

perseguidos políticos. Há, fundamentalmente, dois tipos de informação: aquelas produzidas pela própria polícia, na maioria das vezes por informantes encarregados da vigilância e infiltração, que contêm apreciações e comentários sobre comportamento pessoal e privacidade; e aquelas que constam de depoimentos assinados pelo preso político, nos quais ele presta informações sobre si mesmo e outras pessoas envolvidas em organizações e ações políticas clandestinas.⁵

O acervo documental DOPS/GB e RJ do Polícias Políticas corresponde a cerca de 110 metros lineares de documentos textuais e iconográficos, e se constitui em uma fonte significativa para o estudo desse período da vida social e política brasileira, além da função probatória já mencionada, de garantia do direito do cidadão, o que por si só já justificaria o esforço pela preservação desses documentos.

Toda a memória institucional do Polícias Políticas, do DOPS/GB e RJ, em suporte papel, vinha se deteriorando em ritmo acelerado. Por razões que certamente ainda serão muito discutidas pelos estudiosos da memória social no Brasil, só recentemente vem se tornando realidade a abertura dessa documentação à consulta de pesquisadores e à sociedade de modo mais amplo.

Dentre os esforços que vêm sendo empreendidos para dar acesso às informações dos também chamados “arquivos da ditadura”, o Projeto Memórias Reveladas possibilitou o tratamento desses documentos,

não só no Rio de Janeiro, mas também em outros arquivos públicos do país.

Uma primeira etapa de tratamento técnico da documentação do Polícias Políticas, de que se tem memória registrada no APERJ, realizou-se em 1993 por intermédio de um convênio com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). Na ocasião foi tratada uma primeira parte do fundo documental Polícias Políticas, quando foi realizada uma identificação preliminar dos documentos do DOPS.

O PROJETO MEMÓRIAS REVELADAS

De modo geral, os papéis utilizados na época da produção dos documentos do DOPS têm alto teor de acidez.⁶ A degradação por acidificação é generalizada nos documentos que compõem o acervo relativo ao DOPS. Trata-se de um fenômeno comum entre as instituições que detêm a custódia dos conjuntos documentais dos DOPS estaduais.

O patrimônio cultural relativo a essa parte da história do Brasil encontrava-se em risco. No caso dessa documentação, havia o problema do método utilizado na produção dos suportes documentais e também a questão do modo de conservação e guarda nas variadas fases da vida desses arquivos de polícia. Muitas práticas de conservação outrora consagradas são hoje condenadas e cederam lugar a novos métodos.

O que ocorreu com as coleções DOPS/GB e RJ, guardadas no APERJ, também se deu com outros fundos de outros arquivos

públicos estaduais. Todos necessitavam – já em caráter emergencial – de aporte de recursos, inclusive de apoio técnico, para enfrentar o problema da deterioração e risco de perda dessa documentação.

Diante desse risco grave de perda do patrimônio cultural, era necessário o apoio do poder público em termos nacionais. Desse modo, foi implementado, sob a coordenação do Arquivo Nacional, o Projeto Memórias Reveladas, uma ação de preservação de bens culturais, que envolveu desde o apoio para obtenção dos recursos necessários até o suporte técnico para a execução do Projeto.

Um produto do Memórias Reveladas foi a criação do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil, que reúne e disponibiliza informações sobre a história política recente do país via *web*. Os acervos tratados no Projeto convergem dos fundos estaduais para um banco de dados nacional e facilmente acessível por todo cidadão.

O Projeto Memórias Reveladas, no qual o APERJ se engajou entre novembro de 2008 e junho de 2009, permitiu o tratamento de trezentas mil páginas de documentos já muito deteriorados dos fundos DOPS/GB e RJ.

Nesses últimos anos, da chegada desses documentos ao APERJ até o início do Projeto Memórias Reveladas, várias ações foram empreendidas com o propósito de conservá-los, mas havia – e ainda há – muito a fazer.

DIAGNÓSTICO

Há no acervo do APERJ papéis muito mais antigos e bem mais íntegros e sadios do que as coleções DOPS/GB e RJ. O maior problema verificado nessas coleções é, conforme já mencionado, a acidificação do suporte.⁷

O problema da deterioração por acidez afeta grande parte da documentação produzida a partir da segunda metade do século XIX, devido aos componentes ácidos de sua fabricação. A acidez degrada a celulose e caracteriza-se pelo escurecimento e pela fragilização do suporte material, que com o passar do tempo torna-se progressivamente quebradiço, até ficar impossível manuseá-lo.

No contexto do acervo em questão, havia grampos e cliques enferrujados presos às folhas e barbantes que cortavam as laterais dos pacotes de papéis já quebradiços. Como agravante, a documentação encontrava-se acondicionada em pacotes de papel tipo Kraft, ácido e sem qualidade de preservação. Verificou-se também a presença de microrganismos, não ativos na maior parte dos casos.

Grande parte dessa documentação é composta por papel tipo carta datilografado entre os formatos ofício e A4, com carimbos e registros manuscritos. A datilografia, técnica de escrita comum à época, fragilizava muito os documentos pela pressão mecânica dos clichês das letras da máquina de escrever sobre o papel. A produção de cópias carbonadas, muitas

vezes ilegíveis, e anotações em grossos lápis vermelhos também causaram a perda de parte da informação.

Os impressos gráficos apreendidos pela polícia no circuito alternativo da comunicação social, mimeografados na clandestinidade política ou produzidos no âmbito do movimento estudantil, eram produzidos em papéis de baixa qualidade. Observou-se que tintas à base de metais sobre papéis de má qualidade favoreceram a oxidação do suporte. A maioria dos cartazes chegou ao Arquivo Público dobrado e já rasgado nas dobras. As capas de papel de qualidade inferior, em lugar de servirem de proteção, atuavam como agentes de degradação do documento. Recortes de jornais e fotos que compunham os dossiês também apresentavam esses mesmos tipos de dano.

O TRATAMENTO DE CONSERVAÇÃO

El consenso entre os conservadores que se defrontam com a questão da acidificação em massas documentais, que para se alcançar eficácia nos tratamentos de conservação devem-se associar três medidas: estabilização do processo de degradação por meio do controle dos fatores de degradação como luz, temperatura e umidade inadequadas, consolidação física dos rasgos e cortes para permitir o manuseio e o processamento técnico da informação e sua reformatação.⁸ Dessa forma integrada, busca-se alcançar os métodos da conservação preventiva como ação global e de

eficácia comprovada na conservação de bens culturais em todo o mundo.

Em 1993, durante o processo de estabilização – higienização, pequenos reparos e acondicionamento dos documentos, foi estabelecido um fluxo de trabalho entre as Divisões de Documentos Permanentes e de Preservação de Documentos⁹ do APERJ, pela qual os documentos recebiam uma identificação da equipe arquivística e eram encaminhados ao Laboratório de Conservação. As caixas de polipropileno que acondicionavam os documentos, ao chegarem ao laboratório, recebiam uma ficha de identificação e acompanhamento técnico, onde eram registrados o número da caixa e os procedimentos realizados, com respectivas datas e espaço para identificação dos técnicos responsáveis pelas etapas de trabalho. Após o tratamento, a caixa retornava à Divisão de Documentos Permanentes para a continuidade do trabalho. A ficha correspondente à caixa permanecia no Laboratório para que as informações contidas nela fossem incluídas nos relatórios de produção do projeto e no controle das ações de conservação sobre o acervo.

O TRATAMENTO DE ESTABILIZAÇÃO

A higienização, com trincha em capelas de higienização, foi seguida da aplicação de uma solução de álcool PA a 70% para controle de fungos. Pequenos reparos com papel japonês e cola metilcelulose foram feitos para a consolidação física dos rasgos e

cortes, evitando-se assim a sua fragmentação. Foi feita também a substituição do acondicionamento por *folders* de papel com pH alcalino e cadarços de algodão. As pastas foram estruturadas externamente com placas de polipropileno corrugado para minimizar novos rasgos e cortes nas bordas dos papéis acidificados.

Os livros, após serem higienizados, foram acondicionados em caixas de papel alcalino, e as fotografias, em jaquetas de poliéster. Documentos em formato especial foram abertos e remanejados para mapotecas. Jornais e cartazes foram desacidificados e laminados¹⁰ para que os fragmentos se reintegrassem, acondicionados abertos e guardados em mapotecas separadas, seguindo padrões de registro para possibilitar posteriormente a localização e recuperação da informação do conjunto.

As fotografias encontradas nessa documentação, na maior parte dos casos, estavam associadas à documentação textual, identificando a fisionomia do investigado ou como registro de atos subversivos. As fotos que estavam grampeadas tiveram seus grampos removidos, foram higienizadas e devolvidas ao documento sendo aderidas com cola metilcelulose. As fotografias que se apresentavam soltas dentro de dossiês foram higienizadas e acondicionadas em jaquetas de poliéster.

O tratamento relatado restituiu ao máximo possível as condições para manuseio dos documentos, de modo a prorrogar a sua vida útil e possibilitar a reformatação em meio digital ou microfilme. O tratamento

realizado removeu alguns agentes da deterioração, como metais, adesivos, partículas de poeira e embalagens inadequadas, permitindo uma estabilização significativa no processo de degradação do papel.

REFORMATAÇÃO DA INFORMAÇÃO

A pesar de todas essas medidas de conservação, é inexorável a degradação desse tipo de suporte em relação ao futuro. Por essa razão e como forma de reduzir o manuseio aos originais e o amplo acesso às informações contidas neles, optou-se pela reformatação da informação em meio digital.

A reformatação digital do fundo Polícias Políticas ainda está em curso. Optou-se pela utilização de *scanners* do tipo *flatbed* para fotografias e negativos e *scanners* planetários para livros e documentos fragilizados pela acidez, a partir da parceria com o Arquivo Nacional que orientou todo esse processo, desde a aquisição dos equipamentos à inclusão dos metadados.

A digitalização dessas coleções e do acervo do APERJ como um todo tem se pautado pelas *Recomendações para digitalização de documentos arquivísticos* do CONARQ,¹¹ que dá subsídios para que utilizemos práticas adequadas à preservação digital. As orientações contidas nesse documento incluem os formatos para geração dos representantes digitais – de matrizes e derivadas –, a resolução mínima a ser utilizada, os procedimentos de edição, os métodos de segurança, a

inserção de metadados¹² e a organização e manutenção do meio digital.

O Serviço de Preservação Digital do APERJ, criado há menos de dois anos, tem buscado acompanhar os padrões indicados pelo CONARQ para geração e guarda de seus arquivos digitais. É estratégico para coleções de documentos digitais – tanto os documentos nascidos digitais, quanto os representantes de documentos convencionais – que tenham compatibilidade com os acervos digitais de outros arquivos públicos.

Com atributos compatíveis – como no caso do DOPS/GB e RJ em relação ao Portal do Projeto Memórias Reveladas –, os arquivos digitais podem se inserir nas grandes redes e portais de dados e integrar a grande malha virtual de informação que vem se formando e se estendendo por todo o mundo. A documentação digital gerada dentro dos padrões recomendados tem os pré-requisitos necessários para ser preservada em longo prazo. Tal medida deverá permitir que no futuro políticas públicas de preservação do patrimônio digital sejam capazes de garantir a salvaguarda dessa importante parcela da memória e da história recente de nosso país.

Vale considerar ainda que a velocidade de transformação das tecnologias de informação e comunicação é muito grande e implica em custos elevados para as atualizações constantes e necessárias dos arquivos digitais e suas mídias. Se o acervo digital não possui a interoperabilidade e compatibilidade necessárias, as

dificuldades para a sua preservação serão redobradas, certamente.

CONSERVAÇÃO PREVENTIVA, SELEÇÃO DE PRIORIDADES E PRESERVAÇÃO DOCUMENTAL

Entre outros processos, a seleção da memória social se dá por meio do controle sobre a preservação e a disponibilização para acesso – ou não – das fontes de pesquisa.

Entre documentos probatórios e históricos, os arquivos públicos guardam imensas quantidades de papel, de modo que a seletividade da memória social, já muito estudada,¹³ se confirma no cotidiano do trabalho de preservação: alguns documentos são preparados e oferecidos para pesquisa, enquanto outros não. Os critérios utilizados nessa seleção são o principal objeto de discussão entre os profissionais da preservação e as comissões de preservação das instituições de arquivo.

No Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, a Divisão de Preservação de Documentos implementa as ações de preservação definidas como prioritárias, já que não seria possível realizar no acervo todos os tratamentos necessários de forma imediata e simultânea.

Eleger prioridades entre documentos a preservar é um nível de decisão estratégica que deve sempre ser norteado por uma política de preservação institucional. A política de preservação instrui os procedimentos e critérios para a preservação do acervo em guarda. Há instituições

que não têm uma política de preservação explicitada, entretanto suas práticas de conservação e a seleção das prioridades no acervo acabam por dizer da política adotada pela instituição.

O APERJ tem feito avanços na mobilização institucional nessa área. Um deles foi constituir a Comissão de Preservação de Documentos, que se reúne com regularidade e vem estudando, debatendo e aplicando os métodos para avaliação de risco no acervo como meio de racionalizar ao máximo as tomadas de decisão na gestão da preservação do acervo.

A mudança de paradigma no campo da conservação nas últimas décadas fez com que os métodos de conservação preventiva no mundo todo, inclusive no Brasil, se sobrepusessem aos métodos curativos e restauradores.¹⁴ Nos últimos anos, as ações de maior abrangência sobre o acervo ganharam prioridade sobre as intervenções pontuais.

Com as práticas de conservação preventiva, todos os documentos em guarda no depósito são igualmente beneficiados e têm valor idêntico para preservação, inclusive massas documentais acumuladas. Todo item documental tem um valor a revelar.

O APERJ, como outras instituições de guarda de bens culturais na atualidade, é comprometido com os métodos de conservação preventiva já há alguns anos e considera prioritário promover condições corretas de monitoramento e guarda do acervo.

A busca pelo monitoramento, controle e melhoria da qualidade ambiental é um compromisso não apenas dos profissionais de preservação, mas do corpo diretivo e da Divisão de Administração do APERJ, que viabiliza cada item necessário à adequação das reservas do Arquivo. No campo da educação para preservação, todas as equipes de trabalho da instituição têm apoiado as iniciativas do Laboratório de Conservação por meio da participação nos treinamentos regularmente realizados, com o objetivo de mobilizar as equipes dos diferentes setores e divisões em torno de uma consciência preservacionista comum.

Os acervos do DOPS/GB e RJ foram considerados prioritários em razão do valor que esse conjunto documental tem para a sociedade. Além disso, a deterioração desses documentos é muito veloz e irreversível, o que exigia uma ação imediata e emergencial como a que foi promovida pelo Projeto Memórias Reveladas.

A experiência de preservação de documentos no âmbito do Memórias Reveladas mostra que o trabalho de preservação de bens culturais não se conclui, pois ele é contínuo e consiste, sobretudo, em avaliar e administrar riscos e protelar ao máximo as perdas no patrimônio, que em última instância serão inevitáveis. Nesse sentido, a melhor estratégia de preservação é aquela que é viável dentro dos recursos disponíveis, apresenta a relação custo/benefício mais vantajosa e demonstra perspectivas de sustentabilidade.

Os resultados do Projeto Memórias Reveladas para o APERJ não se limitam aos bens preservados e à garantia de acesso a eles, o que já justificaria a relevância do Projeto, mas também à notável renovação e aprimoramento técnico dos quadros do Arquivo do Estado do Rio de Janeiro. No plano das relações interinstitucionais, cabe registrar o apoio do Arquivo Nacional e do CONARQ ao trabalho realizado pelo APERJ. As consultas técnicas à Coordenação de Preservação de Acervo do Arquivo Nacional foram inúmeras e registradas na forma de visitas, laudos técnicos e todo tipo de apoio necessário para que o Arquivo do Estado do Rio de Janeiro tivesse êxito na implementação do Projeto Memórias Reveladas.

A dimensão da cooperação técnica, do intercâmbio e do repasse de conhecimentos exige não só convênios e contratos assinados, mas, sobretudo, a vontade real das pessoas envolvidas no processo. O Projeto Memórias Reveladas representou para toda a equipe do APERJ uma oportunidade de aprimoramento profissional pelo próprio

contato cotidiano com a equipe da Coordenação de Preservação de Acervo do Arquivo Nacional, assim como pelas atividades de formação, treinamentos e palestras promovidos por essa Coordenação.

Os vínculos entre o APERJ e o Arquivo Nacional, que já eram bastante sólidos, se fortaleceram ainda mais após a experiência desse projeto cooperativo que visa à abertura dos arquivos da ditadura no Brasil para acesso e difusão.

Em resumo, pode-se dizer que a história do tratamento técnico dos documentos do DOPS/GB e RJ acompanha a história da conservação de documentos no Brasil, sendo atualizada pelo paradigma da conservação preventiva na atualidade. O Projeto Memórias Reveladas foi decisivo não apenas para a preservação de dois conjuntos documentais significativos para a história recente fluminense e brasileira, mas, igualmente, porque serviu para afirmar uma política institucional de conservação preventiva no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

N O T A S

1. Cf. POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.
2. Lei n. 2.027, de 29 de julho de 1992.
3. Polícias Políticas é a denominação do fundo que reúne os conjuntos documentais DPS, Divisão de Polícia Política e Social; DESPS, Delegacia Especial de Segurança Política e Social; DOPS, Departamento de Ordem Política e Social, dos estados da Guanabara e Rio de Janeiro; e o próprio DGIE, Departamento Geral de Investigações Especiais.
4. Cf. www.aperj.rj.gov.br. Acesso em: 1º abr. 2010.

5. Cf. MENDONÇA, Eliana Rezende Furtado de. Documentação da Polícia Política do Rio de Janeiro. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, n. 22, p. 377-388, 1998.
6. O chamado papel moderno, produzido entre o final do século XIX e a década de 1980, possibilitou baixo custo e velocidade de produção, mas, por outro lado, reduziu em muito a vida útil do material.
7. Cf. MÁRSICO, Maria Aparecida de Vries. Noções básicas de conservação de livros e documentos. In: _____. *Curso de conservação e restauração de acervos bibliográficos*. Rio de Janeiro: Redarte, 2006. Há elementos ácidos que fazem parte da própria madeira, como, por exemplo, a lignina, que são poderosos agentes de degradação do material. Nos papéis de mais baixa qualidade e que marcaram a indústria papelreira ao longo do século XX, a lignina e os outros elementos não são eliminados no processo de fabricação. Com o passar do tempo, a oxidação causada por esses componentes ácidos do material provoca crescente fragilidade e amarelamento do papel.

CLAPP, Anne F. *Curatorial care of works of art on paper*. New York: Nick Lyons Books, 1987, descreve a acidez como um das principais razões da deterioração do papel, gerando a perda da força da estrutura do papel devido à hidrólise das moléculas de celulose. Dentre as diversas causas, estão a permanência de elementos não celulósicos contidos na polpa da madeira e resíduos de branqueamentos e outros compostos ácidos usados durante a fabricação da polpa.
8. De acordo com o e-ARQ Brasil, reformatação consiste na “mudança da forma de apresentação de um documento para fins de acesso ou manutenção dos dados”. O termo reformatação é utilizado para designar uma das técnicas de migração de suporte. FREITAS, Carla; KNAUSS, Paulo. Usos eletrônicos do passado: digitalização de documentos e política de arquivos. In: _____. *Patrimônio e memória*. Assis: UNESP, 2008, situam os métodos de preservação digital e o debate em torno da reformatação, da conversão e do rejuvenescimento como técnicas de migração.
9. A equipe da Divisão de Preservação de Documentos do APERJ conta com quatro profissionais, as duas autoras deste artigo, Marisa Borges Parreiras Horta e Luiz Péricles de Faria. A equipe do Projeto Memórias Reveladas foi composta por Camila Soares Braga Duarte, Cláudia Maria T. Costa, Daniele França Cunha, Eliane de Souza Paz, Janaina P. de Araújo, José Antônio da Silva, Renato Celestino de Almeida e Rita de Cássia L. França.
10. Laminação ou velatura é a técnica de reparo em suporte papel utilizada no tratamento da folha de documento quando esta se encontra muito fragmentada e com risco de dissociação de partes do suporte e da informação. Esse método consiste em revestir toda a folha, de preferência pelo verso, com papel japonês de 6 g e CMC, mantendo-a plana e prensada durante a secagem.
11. *Recomendações para digitalização de documentos arquivísticos*, abril de 2010. Documento elaborado e divulgado pela Câmara Técnica do CONARQ, que trata de padrões técnicos para digitalização de documentos de arquivo.
12. Idem. Os metadados técnicos descrevem as características do representante digital no que diz respeito ao processo de captura digital, em que deve ser descrito e registrado o ambiente tecnológico (*software e hardware*), bem como algumas características físicas do documento, tais como tipo e dimensão.
13. Maurice Halbwachs e Michael Pollak, entre outros autores.
14. Conservação preventiva, segundo Gael de Guichen (ICCOM, XV Conferência Trienal, Nova Delhi, 2008), “são todas aquelas medidas e ações que tenham como objetivo evitar ou minimizar futuras deteriorações ou perdas. Se realiza sobre o contexto ou a área que circunda o bem, sem ter em conta sua idade ou condição. Essas medidas e ações são indiretas e não interferem diretamente nos materiais e na estrutura do bem”.

Recebido em 25/10/2010

Aprovado em 24/11/2010